



SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 1. A (IN)EFICÁCIA DO DIREITO À ANONIMIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM FACE DA ANÁLISE DE <i>BIG DATA</i> DOS METADADOS PRODUZIDOS NO ÂMBITO DA INTERNET DAS COISAS | 13 |
| 1. Introdução | 14 |
| 2. Preliminarmente: Afinal, o que são dados (pessoais)? | 14 |
| 2.1 Dados estruturados, semiestruturados e não estruturados..... | 18 |
| 2.2 Metadados..... | 20 |
| 3. Internet das Coisas e <i>Big Data</i> : Conceitos e correlações | 23 |
| 3.1 Internet das Coisas e o Decreto nº 9.854/2019 | 28 |
| 4. A proteção e a disciplina do tratamento de dados na legislação brasileira | 30 |
| 4.1 O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) | 30 |
| 4.2. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)..... | 34 |
| 5. Os dados produzidos na IoT e a (in)eficácia das técnicas de anonimização em face de análises de <i>big data</i> | 39 |
| 6. Conclusões | 48 |
| 7. Referências bibliográficas..... | 50 |
| 2. A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.... | 53 |
| 1. Introdução | 53 |

| | | |
|-----------|--|------------|
| 2. | Sociedade de Informação: a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais em confluência com o Estatuto da Criança e do Adolescente..... | 57 |
| 3. | A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, o tratamento dos dados sensíveis e a tutela de crianças e adolescentes..... | 70 |
| 4. | Conclusões | 83 |
| 5. | Referências bibliográficas..... | 85 |
| 3. | A OBRIGATORIEDADE DE ELIMINAÇÃO DE DADOS PESSOAIS APÓS O TÉRMINO DE SEU TRATAMENTO E A APLICAÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO | 89 |
| 1. | Introdução | 89 |
| 2. | Eliminação dos dados pessoais | 91 |
| 2.1 | Eliminação de dados pessoais de crianças e adolescentes | 93 |
| 3. | Direito à eliminação de dados pessoais | 95 |
| 4. | Direito à privacidade..... | 99 |
| 5. | Direito à informação..... | 101 |
| 6. | Direito ao esquecimento..... | 104 |
| 7. | Conclusões | 112 |
| 8. | Referências bibliográficas..... | 113 |
| 4. | O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO A PARTIR DA PERSPECTIVA DA LGPD | 117 |
| 1. | Introdução | 117 |
| 2. | A era da informação e dos dados pessoais | 119 |
| 3. | Organização Administrativa Brasileira | 121 |
| 4. | Os princípios constitucionais incidentes na LGPD..... | 124 |
| 5. | O tratamento de dados pessoais pelas “estatais” | 128 |
| 5.1. | Espécies de empresas públicas e de sociedades de economia mista | 131 |
| 6. | Empresas públicas e sociedades de economia mista na LGPD | 132 |
| 6.1 | Políticas públicas e as redes de sistemas governamentais | 134 |
| 7. | Conclusões | 136 |
| 8. | Referências bibliográficas | 137 |

| | |
|--|------------|
| 5. ÔNUS E BÔNUS DA EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NO TRATAMENTO DE DADOS POR SERVENTIAS NOTARIAIS E REGISTRASIS | 141 |
| 1. Introdução | 142 |
| 2. Serviços notariais e registraes | 144 |
| 3. Internet, tecnologia e novas tendências | 150 |
| 4. Adequação às normativas contemporâneas | 157 |
| 5. Conclusões | 165 |
| 6. Referências Bibliográficas | 168 |
| 6. REFLEXÕES SOBRE SEGURANÇA, BOAS PRÁTICAS, GOVERNANÇA E COMPLIANCE NA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS..... | 171 |
| 1. Introdução | 171 |
| 2. Proteção dos Dados Pessoais: Governança, Boas Práticas e <i>Compliance</i> | 174 |
| 2.1 Dados Pessoais e o Vazamento de Informações.... | 174 |
| 2.2 Governança Corporativa e Governança de TI | 177 |
| 2.3 Governança: Medidas técnicas e administrativas | 181 |
| 3. Autoridade Nacional, Boas Práticas e <i>Compliance</i> | 185 |
| 3.1 Incidentes de segurança e Boas Práticas..... | 185 |
| 3.2 Comunicação à Autoridade Nacional | 188 |
| 3.3 Governança, Boas Práticas e <i>Compliance</i> | 191 |
| 4. Conclusões | 197 |
| 5. Referências bibliográficas..... | 199 |
| 7. A ESTRUTURA E A NATUREZA JURÍDICA DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS COM BASE NA LEI Nº 13.853/19 | 203 |
| 1. Introdução | 203 |
| 2. Desenvolvimento | 205 |
| 2.1. Da legislação europeia e requisitos a uma Autoridade de Proteção..... | 205 |
| 2.2. Da legislação brasileira | 214 |
| 2.2.1 Da natureza transitória da Autoridade de Proteção brasileira..... | 214 |
| 2.2.2 Da natureza de autarquia de regime especial | 222 |

| | | |
|-----------|--|------------|
| 3. | Conclusões | 228 |
| 4. | Referências bibliográficas..... | 230 |
| 8. | AS LIMITAÇÕES DA UTILIZAÇÃO DE MECANISMOS DE <i>BIG DATA</i> À LUZ DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS | 233 |
| 1. | Introdução | 234 |
| 2. | O <i>Big Data</i> : aspectos gerais e relevantes | 238 |
| 3. | A proteção de dados pessoais no Brasil..... | 244 |
| 3.1 | As demais bases legais para tratamento de dados pessoais | 252 |
| 3.2 | A responsabilidade pelo descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) | 259 |
| 4. | Conclusões | 264 |
| 5. | Referências bibliográficas..... | 266 |